

Os meninos da Malanga

Um poeta moçambicano relembra os seus tempos de criança durante o colonialismo

UMA das canções de mobilização política mais populares em Moçambique chama a atenção para a necessidade de não se esquecer "o tempo que passou". Toda ela está dedicada a relembrar as humilhações e vexames sofridos durante o regime colonial português. Rememorar e criticar é uma forma de desmontar um determinado modelo de sociedade. De abrir perspectivas para um futuro mais sintonizado com aspirações simples e básicas para os seres humanos, como igualdade, direito a trabalho digno e à paz.

Na breve selecção de poemas que serviu de motivo para a presente entrevista — "Dos meninos da Malanga" — Raul Alves Calane da Silva aborda de forma aberta ou indirecta estas questões. Filho de pai português e mãe mestiça de indiano e negra, conheceu o cerco montado pelo colonial-fascismo implantado nas então colónias africanas. Um só exemplo é suficiente para se ter uma ideia de como a origem racial funcionava ou não como passaporte para transitar em determinadas áreas. Para conseguir ser contratado por um dos jornais da então Lourenço Marques, teve que assinar as provas feitas eliminando o sobrenome *Calane*, sendo então confundido com europeu.

Este passado tão recente contrasta radicalmente com a realidade vivida hoje em Moçambique. A independência proclamada após uma dura luta armada rompe com todas as formas de discriminação e opressão e coloca para cada cidadão o desafio de participar na grande obra de construção de uma sociedade radicalmente nova. Este é um tema que Calane da Silva, como intelectual comprometido com um processo revolucionário bastante original, se propõe discutir.



Calane da Silva: deve-se desmontar o modelo de sociedade colonial e as suas formas de pensar

Dois mundos distintos

Num dos seus poemas, você fala da criança branca que apanhava da mãe para não falar landim, a língua usada pelas crianças negras. Pode situar melhor este conflito entre dois mundos?

Eram exactamente dois mundos. Dois mundos culturais distintos, dois mundos sociais distintos. Isto era visível em todo o país e extremamente estratificado e claro na sociedade moçambicana. E fortemente nítido ao nível das cidades. Aqui, os portugueses viviam nas casas de alvenaria que nós construíamos como força de trabalho explorada, enquanto que, por outro lado, vivíamos em extensos subúrbios em casas de caniço, madeira e zinco. Evidentemente, havia uma fronteira que se podia quase tocar com as mãos.

Havia, porém, uma violação constante deste linha divisória. Por um lado, muitos portugueses tinham casas comerciais — cantinas — dentro destes subúrbios. Muitos dos seus filhos brincavam con-

nosco, depois de burlar o sistema de controlo familiar. Mas, quando esta criança aprendia, por exemplo, a falar a nossa língua, aí muitos destes pais chegavam a bater nos seus próprios filhos porque não queriam a assimilação da língua, que é um factor cultural por excelência.

E nós? Nós tínhamos acesso a algumas escolas na cidade-cimento. Éramos mão-de-obra barata para muitas empresas. Éramos obrigados a falar a língua portuguesa com os patrões. E éramos gulosos de olhar sem ter toda aquela riqueza que construíamos com o nosso suor, às vezes com o nosso próprio sangue. Também nós sofremos a assimilação forçada de certos valores culturais. Nas escolas era a religião dos portugueses que nos ensinavam, era a história de Portugal que tínhamos de aprender, eram as músicas e canções portuguesas, da cultura portuguesa que tínhamos de entoar.

Talvez por isto, quase intuitivamente, crescia em nós uma necessidade absoluta de resistência

cultural. Sempre que podíamos falar a nossa língua, cantávamos e dançávamos as músicas e canções que os nossos pais nos ensinavam, ouvíamos os nossos maravilhosos contos e fábulas ditos na oralidade maravilhosa das línguas mães. Por isto, apesar de todos os meios de comunicação possíveis que o colonialismo utilizou, para difundir e impor a sua cultura, os portugueses não conseguiram levar avante este processo de assimilação que tanto desejavam: fazer de nós pequenos portugueses de pele preta.

Nós éramos a maioria, sem sombra de dúvida. E esses filhos de colonos, eram por assim dizer, subvertidos pouco a pouco pela nossa presença. Estas crianças, desejosas de aprender as nossas línguas, as nossas canções, acabavam por ter um processo de assimilação contrário ao designio dos colonialistas. Os pais, quando batiam nas crianças, quando exerciam esta violência, consciente ou inconscientemente assumiam uma posição de preservar e manter a todo o custo a sua pretensa supremacia cultural, alimentada pela propaganda do regime.

Testemunho vivo

O seu trabalho literário está todo ele pontilhado de exemplos dramáticos como este. Concebe-o como obra de testemunho?

É, na verdade, uma obra de testemunho. Eu não procuro jogos bonitos de palavras ou a estilização de uma linguagem poética. Descrevo directa, frontal e até brutalmente a realidade que me rodeava, que no final de contas não era muito diferente da de milhões de moçambicanos oprimidos por um sistema colonial-fascista. Vou mais longe neste testemunho. Eu situo-me como um filho de pai branco e mãe negra numa sociedade colonial, discriminatória e racista. A máquina do sistema, montada para dividir e assim dominar melhor, levou muitos negros do meu país, moçambicanos como eu, a odiar-nos, a nós, mulatos e que nós tivéssemos ódio ao preto.

Portanto, o meu trabalho é um testemunho vivo e vivido da complexa sociedade gerada pelo colo-

niaisimo. De uma sociedade onde mesmo sem livros obrigava-nos a reflectir sobre ela e a optarmos por uma via política radicalmente diferente. A brutalidade do chicote abria as feridas necessárias para o combate.

Como é que aborda esta questão do mulato numa sociedade ainda marcada pelas sequelas do racismo?

Falou, e muito bem, em sequelas. Na verdade, conquistada a independência e livremente optada a via socialista, todos os males gerados pelo colonialismo não podiam acabar de uma vez só, no dia em que hasteámos a bandeira da liberdade. Deste modo, muitos mulatos e muitos negros moçambicanos ainda não se libertaram deste complexo inculcado na sua mente em todos estes anos de dominação estrangeira. Acontece simplesmente que agora mais do que nunca estes problemas são discutidos abertamente e combatidos de forma directa.

Em relação ao mulato, por exemplo, verifica-se que ao longo da história colonial do nosso país ele sempre reivindicou a sua cultura africana. Ele bebeu no seio da mãe negra a sua realidade cultural. Daí que quando recentemente o presidente Samora Machel, num comício perante mais de 100 mil pessoas na capital, levantou a questão do mulato afirmou entre aplausos da esmagadora maioria que o mulato era negro. Roubava-se também assim aos racistas e aos tais que ainda transportam as sequelas do colonialismo mais uma arma para nos dividir e enfraquecer.

A questão do mulato, como se pode ver, não é algo isolado, é sobretudo uma questão política e não foge à realidade colonial. E isto porque, como arma para dividir, era utilizada contra os moçambicanos de origem indiana, europeia ou de qualquer outra procedência. Nisto se inclui o tribalismo e o regionalismo, tão estimulados durante a dominação estrangeira.

"Aqui não há neutralidade"

Como é que vê a inserção do intelectual nesta nova sociedade que Moçambique está construindo?

O intelectual não pode, de ma-

neira nenhuma, estar confinado aos seus gabinetes de trabalho, rodeado de muitos livros, analisando a sociedade através da janela que dá para a rua. Ele é um cidadão como outro qualquer, com os seus deveres e os seus direitos, mas como intelectual tem obrigações políticas bastante importantes para o desenvolvimento de uma sociedade livre e democrática. Na *machamba* ou na fábrica, no bairro ou na aldeia comunal, deve ser o receptor mais amplo da cultura popular e o veículo mais vivo na transmissão desta mesma cultura. Por exemplo, o escritor, como já começamos a fazer em Moçambique, não se limita a descrever a realidade que o rodeia, os fenómenos que observa, as situações e problemas que o povo vive. Ele é também um agente activo para a transformação da sociedade. Vamos a fábricas fazer dinamização literária, criando o gosto pela literatura, fazendo os operários participarem no desenvolvimento cultural. Vamos a uma aldeia comunal e lá, entre o povo recém-alfabetizado, convidamos os mais velhos a contar antigas histórias e fábulas do nosso património da literatura oral. Mostramos aos mais jovens que passando aquilo que ouviram para o papel estão dando os primeiros passos para a literatura moçambicana. Isto tudo enriquece também o escritor que traz e leva consigo, mais do que a imagem, vivência real do mundo que o rodeia, complementa-se, como homem e cidadão, numa sociedade em transformação.

Os fenómenos sociais são fenómenos políticos e o intelectual não pode se dissociar de nenhum deles. Aqui não há neutralidade. Nós, intelectuais progressistas, que amamos a paz e a vida, não podemos esquecer que existe um inimigo feroz espreitando-nos os passos e a mente, para que silenciosos a voz dos oprimidos. O intelectual deve ser também um combatente e a sua arma, sem *slogans* estereotipados, tem que estar incansavelmente ao serviço do povo. Neste sentido, vale dizer que a literatura sob qualquer forma de expressão que se revista é uma trincheira de luta. □

Etevaldo Hipólito